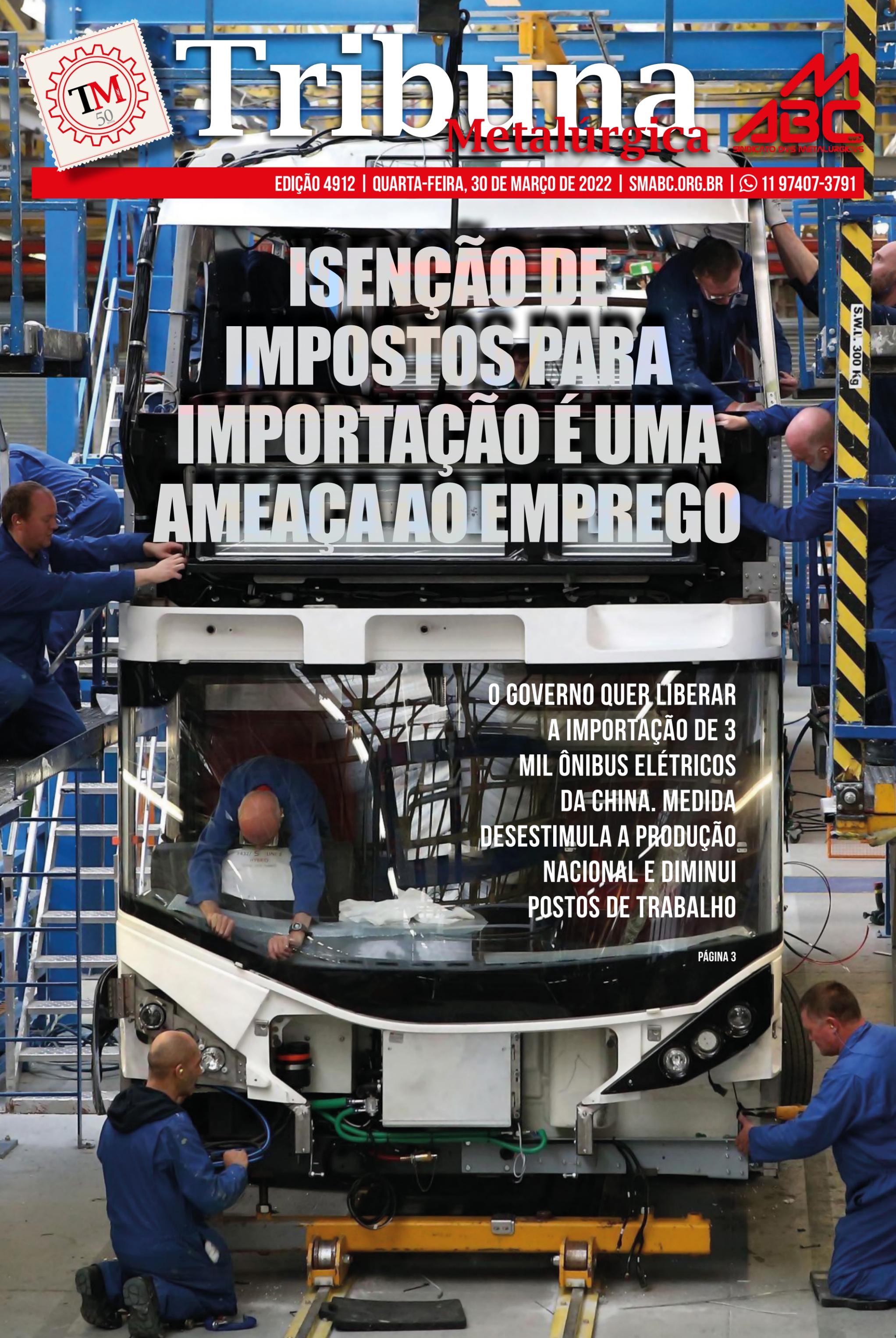




ISENÇÃO DE IMPOSTOS PARA IMPORTAÇÃO É UMA AMEAÇA AO EMPREGO

O GOVERNO QUER LIBERAR A IMPORTAÇÃO DE 3 MIL ÔNIBUS ELÉTRICOS DA CHINA. MEDIDA DESESTIMULA A PRODUÇÃO NACIONAL E DIMINUI POSTOS DE TRABALHO

PÁGINA 3



MEIO MILHÃO DE PESSOAS PODEM SER DESPEJADAS SE O STF NÃO PRORROGAR A SUSPENSÃO DOS DESPEJOS

O Conselho Nacional de Direitos Humanos solicitou ao ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), a extensão até o fim de 2022 da medida judicial que determina a suspensão de despejos durante a pandemia de Covid-19.

Na representação, protocolada na última sexta-feira, 25, o conselho também pede que, após o término desse período, sejam estabelecidas medidas para evitar que remoções forçadas de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social violem direitos humanos.

O pedido do CNDH reforça reivindicação da Campanha Despejo Zero apresentada ao STF, no mesmo sentido, há cerca de duas semanas. A campanha reúne mais de 175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos que atuam contra despejos e remoções forçadas.

Em julho de 2021, em decisão liminar, Barroso proibiu os despejos em áreas



urbanas até dezembro do mesmo ano. Próximo do vencimento da decisão, o STF estendeu esse prazo até a próxima quinta-feira, 31. Além disso, a proibição também passou a valer para imóveis rurais.

Caso o prazo para a suspensão de despejos não seja prorrogado mais uma vez, são cerca de meio milhão de pessoas que correm o risco de serem jogadas nas ruas. De acordo com a campanha, nos últimos dois anos, aumentou

em 602% o número de famílias ameaçadas de remoção. Por outro lado, 106 casos de despejo foram suspensos no período da pandemia em razão da decisão do STF.

Com informações da Rede Brasil Atual

NOTAS E REGADOS



A greve continua

Trabalhadores no INSS completam uma semana em greve em 19 estados do país. Os servidores estão há cinco anos sem reajustes e querem reposição de 19% nos salários.



Impeachment rejeitado

O Congresso peruano rejeitou o pedido de impeachment contra o presidente Pedro Castillo. O líder de esquerda está no cargo há oito meses.



Longevidade no desemprego

Cerca de 30% dos desempregados no país estão em busca de emprego há mais de dois anos. Esse é o maior percentual registrado em toda a série histórica, segundo o Ipea.



Proteção aos indígenas

O Conselho Indigenista pediu ao Conselho de Direitos Humanos da ONU medidas urgentes para evitar extermínio dos povos indígenas em isolamento no Brasil.

DISPENSA DE TRABALHADORA COM CÂNCER É DISCRIMINATÓRIA



O TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu reintegrar ao emprego uma trabalhadora dispensada, sem justa causa, quando fazia tratamento de câncer de mama. A empresa ainda terá de pagar R\$ 20 mil de indenização em decorrência de a dispensa ser considerada discriminatória pela Corte.

A trabalhadora informou que foi dispensada, sem justa causa, em julho de 2014, com a justificativa de que

estaria apresentando baixa produtividade. Ela contou que, em setembro de 2013, foi diagnosticada com câncer de mama e, por causa da doença, submeteu-se a procedimentos cirúrgico e quimioterápico. Com a dispensa, havia perdido, ainda, o plano de saúde empresarial para dar continuidade ao tratamento.

A Justiça do Trabalho concluiu que a trabalhadora fora dispensada de forma

discriminatória e manteve a obrigação de reintegração e a indenização. Ficou comprovado no processo que a empresa manteve o mesmo número de trabalhadores da época da dispensa, o que afastaria a tese da defesa de que era preciso reduzir o quadro de pessoal.

O TRT observou, também, que o tratamento quimioterápico fora realizado até abril de 2014 e, ao ser dispensada, a trabalhadora

ainda deveria permanecer sob supervisão médica e ser submetida a novos tratamentos.

A Súmula 443 do TST prevê a reintegração ao emprego do trabalhador portador do vírus HIV ou de outra doença grave que provoque estigma ou preconceito, pois se presume que a despedida, nestes casos, é discriminatória. Este mesmo entendimento já foi aplicado no caso de diagnóstico de câncer.

Tribuna **Metatúrgica**

Sede

Rua João Basso, 231 – Centro – São Bernardo
CEP: 09721-100 – Tel: 4128-4200
www.smabc.org.br – imprensa@smabc.org.br

Regional Diadema

Av. Encarnação, 290 – Piraporinha
CEP: 09960-010 – Tel: 4061-1040

Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

Rua Felipe Sabbag, 149 – Centro – Ribeirão Pires
CEP: 09400-130 – Tel: 4823-6898

Diretor Responsável: Claudionor Vieira.
Coordenadora: Luciana Yamashita.
Repórteres: Olga Defavari e Lucas Pascoto.
Arte e Diagramação: Rogério Bregaida Jr.



GOVERNO FEDERAL QUER MAIS IMPORTAÇÃO E MENOS EMPREGOS NO BRASIL

Bolsonaro pretende importar 3 mil ônibus elétricos e desmontar empregos industriais

O Sindicato alerta que o governo federal, há três anos no comando do país sem apresentar nenhum tipo de política industrial para geração de empregos, pretende importar três mil ônibus elétricos da China e assim diminuir ainda mais os postos de trabalho na indústria brasileira.

Gerar empregos de qualidade não tem sido uma prática do governo Bolsonaro, pelo contrário, ao longo dessa gestão, o que os trabalhadores presenciaram foi a ampliação da destruição das leis trabalhistas, incremento do emprego sem direitos, da informalidade, da precariedade e do desemprego.

Além de não investir em tecnologia e desenvolvimento e ainda cortar gastos do setor, a pretensão de zerar a taxa de importação para trazer ônibus elétricos da China prejudica ainda mais a produção nacional.

IMPACTO NOS EMPREGOS

Em assembleia recente na Mercedes, o presidente do Sindicato, Moisés Selerges, criticou a medida. “São ônibus que poderíamos produzir aqui, mas não vamos produzir porque o governo quer importar e gerar empregos lá na China. Temos que acompanhar com muita atenção essa conjuntura para podermos fazer a luta”

“Importar três mil ônibus elétricos da China impacta diretamente no nosso setor de ônibus no Brasil que tem em torno de 80 mil trabalhadores ligados diretamente à produção.

Com isso, o governo dá mais uma demonstração de que não está preocupado com os empregos nas indústrias e nem com a política industrial brasileira”, completou.

ULTRALIBERAL

O diretor executivo dos Metalúrgicos do ABC, presidente da IndustriALL-Brasil e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Aroaldo Oliveira da Silva, lembrou que essas medidas não diminuem os preços, só geram desemprego.

“Desde que ele assumiu, abriu o mercado de forma geral nessa lógica ultraliberal. Liberou a importação de equipamentos de energia solar, de bicicleta, etanol, café e até manteiga, entre outros. Essa política de abrir mercados sem organizar primeiro as

cadeias produtivas nacionais, gera desemprego e principalmente faz o país perder empregos de maior qualidade e renda”.

DESESTÍMULO À PRODUÇÃO NACIONAL

Aroaldo reforçou que o Brasil tem possibilidade de produzir ônibus elétricos, mas que a medida pode prejudicar esse mercado.

“O Brasil tem condições e capacidade de produzir ônibus elétricos, mas a demanda de importação vai retardar esse movimento. Aliás, não apenas de ônibus como cami-

nhões também. O governo permitindo a entrada desses ônibus, como permitiu todos os outros produtos, desestimula a produção nacional, o investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia causando o colapso que

estamos”.

“O governo tem a tarefa de estimular a indústria nacional, não só com incentivos, mas dando todo o suporte necessário com os instrumentos disponíveis, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que ele desmontou, a própria ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial)”.

O diretor executivo ressaltou ainda que metade do investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil vem do setor privado, que a indústria representa mais de 60% desse investimento e lembrou os cortes na área.

CORTE DE VERBA

Em outubro do ano passado, o governo Bolsonaro mandou cortar 87% das verbas para ciência e tecnologia. O Ministério da Economia diminuiu de R\$ 690 milhões para R\$ 89 milhões os recursos para o setor.

“São ônibus que poderíamos produzir aqui, mas não vamos produzir porque o governo quer importar e gerar empregos lá na China”



FOTOS: ADONIS GUERRA



TUROTEST

TRABALHADORES NA TUROTEST E NA FIAMM APROVAM PROPOSTAS DE PLR

Em assembleias ontem, os trabalhadores na Turotest, em Diadema, e na Fiamm, em São Bernardo, aprovaram as propostas de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) negociadas pelo Sindicato com as empresas.

FIAMM

Na Fiamm, a PLR será paga em duas parcelas, a primeira em julho deste ano e a segunda em janeiro do ano que vem.

O coordenador de área, Jonas Brito, destacou as dificuldades para chegar a um acordo. “As negociações de PLR estão um pouco mais difíceis por conta do cenário em que vivemos. E o governo tem culpa ao não criar uma política industrial nem econômica, quando vamos negociar as empresas começam a chorar”.

O dirigente destacou a importância da união da classe trabalhadora. “O momento que estamos passando é muito difícil, houve vários ataques às leis trabalhistas, o que deixa clara a necessidade da união. Os Metalúrgicos do ABC lutam para que os trabalhadores não sejam prejudicados, mas os trabalhadores precisam vir junto para que a luta seja fortalecida”, chamou.

TUROTEST

Na Turotest Medidores, o coordenador de área, João Paulo Oliveira dos Santos, parabenizou os trabalhadores pela conquista da PLR com reajuste acima da inflação. A primeira parcela será paga em maio e a segunda, em janeiro. Também ficou acordado que trabalhadores afastados por acidente de trabalho e em licença maternidade receberão o valor integral.

“Conseguimos avançar e garantir o acordo de PLR, porém é necessário que todos se mantenham atentos aos ataques diários que o governo nos impõe para evitar a precarização do trabalho”, destacou.

Também foi aprovada a contribuição negocial. Quem ficar sócio do Sindicato até o dia 15 de maio será isento.

O dirigente reforçou ainda que é fundamental a mobilização para a Campanha Salarial. A empresa pertence ao Grupo 10, que há cinco anos não assina a Convenção Coletiva de Trabalho com a FEM/CUT (Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT).

“No ano passado, conseguimos o acordo individual de Campanha Salarial aqui na fábrica, com a garantia de reposição da inflação e a manutenção das cláusulas sociais.

FOTO: DIVULGAÇÃO



O acordo coletivo ajudou a frear o avanço da reforma Trabalhista e manteve os direitos. Para a Campanha Salarial deste ano também é importante a participação massiva para buscar a Convenção Coletiva no grupo”, afirmou.



TRIBUNA ESPORTIVA



FOTOS: DIVULGAÇÃO

- O lateral esquerdo Wellington foi valorizado depois das sondagens que recebeu na última temporada. A direção do São Paulo disse que o preço do atleta é de 8 milhões de Euros.



- O lateral direito Fagner sofreu uma lesão na coxa e virou dúvida para a estreia do Corinthians na Libertadores. Robson Bambu, João Pedro e João Victor são os prováveis substitutos.



- O atacante santista Marcos Leonardo foi suspenso e não jogará os três primeiros jogos da Sul-Americana. O atleta pegou um gancho após a expulsão no último jogo da Sul-Americana.



- O Palmeiras iniciou as negociações para a renovação do contrato de Jailson. O volante, contratado em janeiro, tem vínculo com o time até dezembro deste ano.

PAULISTÃO FINAL

HOJE - 21H40



X



São Paulo x Palmeiras
Morumbi